TF BOLETIM TRIBUTÁRIO
Informativo da Tozzini Freire Advogados e Consultores | Ano XXIII | Número Especial | Junho 2020

Destaques do Tribunal

STF firma seu entendimento sobre diversos temas tributários

A maior Corte do país, o Supremo Tribunal Federal (STF), julgou diversos temas tributários. Para dar alguns exemplos, ela decidiu que o ICMS não pode ser cobrado na base de cálculo do PIS e da Cofins; que a Lei Complementar 116/2003 é constitucional; que a Lei Complementar 160/2017 é constitucional; que o ISS incide sobre operações de leasing; e que o prazo para ajuizar ação para repetição de indébito tributário é de 5 anos.

Transitividade da lei de normas aplicáveis ao ISS

Em alguns casos, o STF decidiu que a lei de uma cidade pode ser aplicada a operações realizadas por outra cidade. Por exemplo, o STF decidiu que a lei de uma cidade pode ser aplicada a operações realizadas por outra cidade quando o prestador de serviços estiver estabelecido na cidade e o tomador de serviços estiver em outra cidade. Qual o sentido da interpretação extensiva?

A interpretação da lei tributária, no dizer do ministro Roberto Barroso, STF, "não pode ser restritiva, sob pena de frustrar a finalidade da norma". Ou seja, não se pode interpretar a lei de modo que ela não consiga atingir o seu objetivo. Ou, nas palavras do ministro Gilmar Mendes, STF, "a interpretação da lei tributária não pode ser restritiva, sob pena de frustrar a finalidade da norma".

Os ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski, STF, ainda, ressaltaram que a interpretação da lei tributária não pode ser extensiva "simplesmente", "qualquer", "aleatória", "aqui e ali", "de forma aleatória", "de forma ampla", "de forma ampla e irrestrita", "de forma ampla e irrestrita", "de forma ampliativa", "de forma ampliativa", "de forma ampliativa".

Incidência do ISS sobre operações de leasing

Em alguns casos, o STF decidiu que o ISS não pode ser cobrado sob a alegação de que a lei do município não é clara. Por exemplo, o STF decidiu que o ISS não pode ser cobrado sob a alegação de que a lei do município não é clara quando o prestador de serviços não estiver estabelecido no município e o tomador de serviços estiver em outro município. Qual o sentido da interpretação extensiva?

Em alguns casos, o STF decidiu que o ISS não pode ser cobrado sob a alegação de que a lei do município não é clara quando o prestador de serviços estiver estabelecido no município e o tomador de serviços estiver em outro município. Qual o sentido da interpretação extensiva?

Constitucionalidade do sistema de alíquotas do ICMS, por ex. Janeiro

O STF decidiu que o sistema de alíquotas do ICMS é constitucional. O STF decidiu que o sistema de alíquotas do ICMS é constitucional. O STF decidiu que o sistema de alíquotas do ICMS é constitucional.